

Um plano austral para o Brasil? Pode ser, dizem estes economistas.

O governo Sarney inicia 1986 com sérias pressões de ordem política, possibilidade de enfrentar uma campanha por eleições diretas e uma grande dificuldade para gerenciar sua enorme dívida interna pública. Sem desatar o nó das finanças estatais, o caminho fatalmente será a hiperinflação e a adoção de um Plano Austral semelhante ao da Argentina.

O problema político está ligado ao econômico porque para solucionar essa dívida um acordo terá de ser feito entre os vários segmentos da sociedade, para saber qual parcela dessa dívida caberá a cada um. Solucionado o problema financeiro, o País voltará a crescer, porque sua potencialidade é enorme. Em síntese, a maioria dos economistas reunidos em Vitória, no XIII Encontro Nacional de Economia, concordou com essas premissas, divergindo, entretanto, quanto ao preço que cabe ao Estado nessa fatura.

Paulo Guedes, professor na PUC-Rio, mostrou-se muito pessimista quanto às perspectivas, basicamente pela dificuldade do governo em rolar a dívida interna e alongar seu perfil. Para isso, o governo vinha adotando métodos pouco ortodoxos, como instituir um índice único na economia em um mês em que a diferença entre a inflação e o novo índice foi de quatro pontos percentuais, subtraindo, com isso, alguns trilhões do setor privado e do assalariado (FGTS e outros fundos).

Na opinião de Paulo Guedes, caso sobrevenham maiores dificuldades na economia, não está longe a hipótese de o governo adotar o IQQ (índice Que eu Quero) caso a inflação dispare para 15% ou 16%. O professor da PUC acha que a enorme dívida é culpa do Estado, por projetos faraônicos e gastos descontrolados, sem que haja a cobertura política de efetuar cortes do funcionalismo e o fechamento de empresas improdutivas, jogando esse ônus no setor privado e no assalariado, embora ambos já tenham pago seu preço na crise com o desemprego e a recessão.

Garantia

Posição diametralmente contrária a esta é a do professor da Universidade de Brasília, Gentil Corazza, para quem essa dívida pública colossal, que cresce em ritmo vertiginoso, muitas vezes superior ao crescimento das receitas públicas e ao próprio produto nacional, só se explica no contexto da crise econômica brasileira, que tem no Estado a garantia de valorização financeira que o capital não consegue na órbita produtiva.

Para Corazza, o Estado não se endividou a troco de nada e essa dívida nada mais representa que um seguro dado às empresas privadas durante a recessão, para evitar uma quebra generalizada e a destruição do parque industrial nacional. Em outras palavras, se as empresas não tivessem as ORTN para aplicar na recessão, com lucros cestantes, a situação seria muito pior.

Gentil Corazza acha que apregar o corte dos gastos públicos tem um fundo moralista e de grande senso comum, mas é posição cega por confundir e não identificar a grande diferença que há entre cortar excessos de gastos em um orçamento individual e em um orçamento governamental. Enquanto para um indivíduo, cortar gastos pode ser uma medida saneadora, para a economia pode ser medida recessiva.

Mostra que a dívida possui um caráter autônomo de crescimento e que cortar alguns trilhões nada significa diante da necessidade de recursos da ordem Cr\$ 1 trilhão por dia, apenas para rolar essa dívida. Medidas de austeridade, a seu ver, terão como consequência maior desequilíbrio financeiro, pelo seu conteúdo recessivo e pela pressão sobre a taxa dos juros. Além disso, não beneficiam as empresas privadas, tanto pela redução das encargos como pelo encarecimento dos insumos básicos.

Alternativas

Carlos Von Doellinger, professor da PUC-Rio e do Ipea — Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, acha que o orçamento da União para 1986 mostra uma trajetória insustentável da dívida pública que pode ser revertida, sem choques institucionais graves, através de geração de um excedente fiscal enorme. Caso contrário, restam duas alternativas extremas: ou a monetização dessa dívida, mediante uma brutal emissão de papel-moeda que traria a hiperinflação, ou o confisco, com perdas patrimoniais para os detentores dessa dívida (com desindexação parcial ou adoção do IQQ (índice Que eu Quero).

O professor da UnB, Décio Garcia Munhoz, chega a propor uma estratégia de giro da dívida com remuneração real negativa, dentro de um processo indolor — porque administra pequenas perdas por um longo prazo —, fazendo com que a dívida vá "murchando". Entende Garcia Munhoz que é preciso adotar uma estratégia de administração autônoma da dívida, rompendo a ligação encargos da dívida versus orçamento fiscal. Com isso, ficaria solucionado o impasse criado pela intempestiva inclusão no orçamento fiscal de 1986 de Cr\$ 120 trilhões de encargos da dívida mobiliária federal, responsável por um déficit equivalente a 50% das receitas fiscais.

Plano Austral

Caso o "nó gordão" da economia, que é o problema da dívida mobiliária federal, não seja desatado, por falta de cacife político do governo Sarney em um ano eleitoral, as perspectivas apontam para a adoção de uma variante do Plano Austral argentino, depois das eleições. A professora Ieda Rorato Crusius, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, acredita nessa hipótese, bem como a maioria dos 400 economistas presentes ao encontro de Vitória.

Para ela, a economia brasileira caminha neste sentido com a sincronização dos reajustes num índice único, passando de semestral para trimestral e logo depois mensal. O governo também estaria dando aumentos reais para os assalariados para permitir que eles aguentassem um plano dessa natureza, que significa uma violenta queda de receita. As classes menos organizadas, como o funcionalismo público, seriam as atingidas, com o governo realizando o que não tem coragem de fazer através das demissões diretas.

O Plano Austral é explicado pelo professor argentino Juan Carlos Llerda, doutor por Harvard, pelo fenômeno que classifica como "insubsistência distributiva", ou seja, quando o governo não consegue mais retirar recursos do setor privado para o estatal, e, daí, para pagar os juros da dívida externa. Mostra que isso se aproxima no Brasil com o empresariado não mais aceitando aumento de impostos e tarifas, além do presente pacote.

Nessa hipótese o governo determina então um dia D para congelar preços, salários, câmbio e demais rendas na economia, como um programa de estabilização. Mas nesse dia D terá de subtrair uma parcela vultosa da renda do setor privado e do assalariado, ao deixar de dar a correção monetária do período passado e eliminando-a temporariamente. Todos perdem para que o governo possa reordenar suas finanças e continuar pagando suas dívidas ao Exterior. Só que esse programa não estabiliza a economia, porque o desequilíbrio e a inflação vêm do exterior, da dívida externa, segundo Llerda.

José Roberto Arruda — AE Rio